

## CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NO BRASIL

Cássia Heloisa Ternus\*  
Bruna Taize de Medeiros\*\*

76

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão teórica sobre crescimento pró-pobre, bem como uma análise do contexto atual brasileiro a partir de alguns indicadores. O mesmo se justifica pela necessidade de esclarecimento do tema e importância no cenário atual. A metodologia adotada foi de revisão bibliográfica e a análise de dados secundários. Concluiu-se com este trabalho, que no Brasil houve avanços significativos, mas que só haverá crescimento pró-pobre eficaz se houver combinação de políticas públicas que visem o desenvolvimento dos territórios.

**Palavras-chave:** Crescimento pró-pobre; Pobreza; Políticas Públicas.

**Abstract:** The objective of this article is to present a theoretical revision on pro-poor growth, as well as an analysis of the current Brazilian context based on some indicators. The same is justified by the need to clarify the theme and importance in the current scenario. The methodology adopted was a bibliographic review and the analysis of secondary data. It was concluded with this work, that in Brazil there have been significant advances, but that there will be effective pro-poor growth only if there is a combination of public policies aimed at the development of the territories.

**Keywords:** Pro-poor growth; Poverty; Public policy.

---

\* Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (2014), graduação em Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2014) e mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017).

\*\* Mestra em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

## 1 Introdução

O Brasil é um país que apresenta níveis de desigualdade na distribuição de renda expressivos. É consenso entre estudiosos do desenvolvimento econômico que apenas ampliar o nível de renda da população não é condição necessária para reduzir os níveis de pobreza desta (FRANÇA; MANSO E BARRETO, 2012).

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão teórica sobre crescimento pró-pobre, bem como, alguns resultados empíricos para o caso brasileiro e análise do contexto atual a partir de alguns indicadores. Entende-se por crescimento econômico o aumento das riquezas de um país, comumente medidas pelo seu Produto Interno Bruto (PIB). De maneira similar, o desenvolvimento econômico ocorre quando além do crescimento econômico consegue-se fornecer à população melhora no bem-estar, auferido através de educação, saúde, qualidade de vida (BRESSER-PEREIRA, 2008). Além disso, a desigualdade pode ser definida como acesso de forma heterogênea a algo pela sociedade. Essa desigualdade pode ser de emprego, educação, cultura entre outros, porém a análise mais comum se refere a renda, medida pelo Índice de Gini, no qual valores mais próximo de 1 indicam maior desigualdade e próximos a 0, menor desigualdade. Cabe salientar que nesse contexto de desigualdade surge a pobreza, ou seja, carência de bens e serviços essenciais.

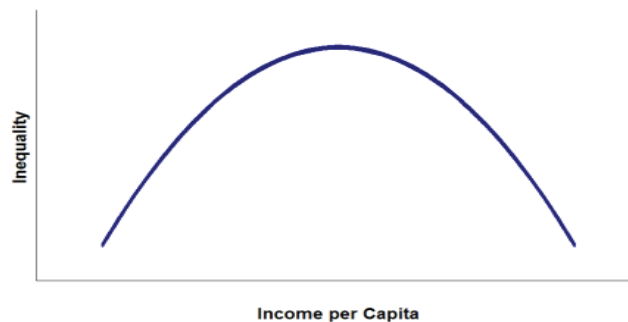
Os autores como Sen (2000) e Silva (2010), conceituam o fenômeno da pobreza não sendo somente insuficiência de renda, além disso, ser pobre significa também não ter acesso à informação, ao trabalho, à política e à assistência social. Os estudos de Espínola (2007) e Dunpas (1999) possuem argumentos semelhantes, e também reforçam que ser pobre não é somente não ter renda para consumir bens, pois significa, também, a falta de acesso as necessidades básicas.

A medida comumente utilizada para mensurar o nível de pobreza de determinada localidade é a linha da pobreza, a mesma indica que pobres são todos aqueles que se encontram abaixo do seu valor. A linha da pobreza é medida calculada pelo método das necessidades nutricionais mínimas, ou seja, a única necessidade humana universal é o alimento para continuar vivo (SOARES, 2009).

Além dessa introdução, o presente artigo conta com uma revisão de literatura com aspectos gerais do crescimento pró-pobre, principalmente o que diz respeito ao seu conceito e objetivo, posteriormente a caracterização do caso brasileiro, com uma breve descrição sobre alguns indicadores, por fim, apresenta-se as considerações finais deste trabalho.

## 2 Revisão de literatura

Os pioneiros na literatura do crescimento pró-pobre, de acordo com Kakwani e Son (2003), são Chenery e Ahluwalia com o livro “Redistribution with Growth” em 1974. Porém, Foster e Székely (2001,p.5) *apud* Bakof (2006) apresentam que essas ideias derivaram da hipótese de Kuznets, na qual a desigualdade aumenta nas fases iniciais do crescimento, atingindo um ponto de máximo, que representava um determinado nível de renda *per capita*, e retorna a níveis mais baixos a medida que a economia se desenvolve. A Figura 1 apresenta a curva de Kuznets:



**Figura 1** – Curva de Kuznets

Fonte: Google Imagens, 2015.

Conforme a figura acima se pode perceber que o formato de U-invertido apresenta a relação entre desigualdade e distribuição da renda. Dado o crescimento econômico inicialmente ter-se-ia um aumento da desigualdade, até que o produto atingisse certo patamar, assim nesse ponto de máximo a desigualdade seria estagnada e caminharia para redução à medida que a renda *percapita* continuasse a evoluir.

Como indica Santos (2015), o termo pró-pobre tornou-se largamente utilizado após a publicação do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial em 1990, e ganhou mais destaque em 2000 quando a Cúpula do Milênio da ONU definiu como objetivo principal dentro os oito estabelecidos a erradicação da extrema pobreza e da fome. Assim, as políticas de combate à pobreza, ou favoráveis aos pobres, tem avançado pelo mundo.

Do mesmo modo que o termo pró-pobre surgiu de uma crítica e pensamentos contrários, ainda hoje não há um único conceito para determinar o que é crescimento pró-pobre. Para Kakwani e Pernia (2000) o crescimento pró-pobre é aquele que proporciona uma queda na pobreza maior do que se todas as rendas fossem

aumentadas pela mesma taxa, ou seja, a renda dos mais pobres aumenta em proporções maiores do que a renda do restante da população.

Outra definição para o termo é observada em Ravallion e Chen (2003), quando destacam que crescimento pró-pobre é aquele que reduz a pobreza. Este conceito é mais restrito e direto, porém, suficiente para compreender a dinâmica que este tipo de crescimento busca. Assim, alcançar níveis elevados de crescimento deve ser um dos principais objetivos da sociedade, contudo, o mesmo deve estar associado de melhorias nas condições de vida dos mais pobres (BAKOF, 2006).

Conforme Kakwani e Pernia (2000) destacam que a incidência da pobreza pode diminuir com o crescimento, mesmo que a parcela mais pobre da população receba apenas uma parte do total de benefícios. Porém, também é possível que um alto crescimento econômico aumente os níveis de pobreza, isso ocorre quando a desigualdade aumenta tanto que o impacto benéfico do crescimento é mais do que compensado pelo impacto negativo da desigualdade.

Aprofunda-se o estudo sobre crescimento pró-pobre com a colocação de Bakof (2006) na qual ele expõe uma divisão do crescimento em termos relativos e absolutos. Para o autor, crescimento pró-pobre, em termos relativos, é aquela em que se avalia a evolução da renda dos mais pobres bem como a comparação desta com a do restante dos indivíduos na economia. Já em termos absolutos seria a redução da pobreza quando comparada a uma medida de pobreza.

Para que o crescimento pró-pobre se concretize, então, faz-se necessário políticas públicas que visem beneficiar a parcela da população que se encontra em uma situação de maior vulnerabilidade social. Porém esta não é uma tarefa simples pelo fato dessa preocupação ser um tanto recente e não serem claras as definições e metodologias possíveis de aplicar. Salienta-se também, que nem todos os países ou regiões reagem de maneira igual às políticas estabelecidas, enquadram-se aqui fatores como a cultura dos povos, geografia, nível de educação, entre outros. Mesmo assim:

“(…) é importante trazer à tona experiências dos países, observando de que maneira elas podem acrescentar no entendimento de como se deve buscar um crescimento com inclusão social, em especial, as experiências de países que sabidamente obtiveram um crescimento pró-pobre.” (BAKOF, 2006, p. 24)

Neste sentido, um crescimento econômico do tipo pró-pobre pode ser visto como um instrumento efetivo de distribuição de renda e de redução da pobreza, uma vez que a renda dos pais pobres apresenta um crescimento superior a elevação da renda média (RESENDE; MATA; CARVALHO, 2007)

No entanto, é sempre importante basear-se em experiências para compreender os pontos positivos e tentar aplicá-los, bem como, para evitar os negativos. Fato é, que em qualquer país a pobreza é realidade, mesmo os mais ricos possuem parcela da população que vivem em condição de pobreza, esse quadro torna-se pior entre os países dito “em desenvolvimento” pois é onde a desigualdade social apresenta-se em maior escala (BAKOF, 2006).

## 2.1 *Pró Pobre no Brasil*

Após o Plano Real em 1994, a economia brasileira ainda buscava se recompor da hiperinflação e os indicadores sociais refletiam essa condição. Conforme Kakwani, Neri e Son (2006), a partir de 1995 o país expandiu programas de transferência de renda, como forma de diminuir as desigualdades sociais.

Em abril de 2001, uma nova crise, ocasionada pelo racionamento de energia elétrica, colapso econômico da Argentina e recessão americana, inibiu o crescimento do PIB. Em 2002, a credibilidade do governo brasileiro ainda não estava assegurada e diminuiu ainda mais com a possibilidade de eleger um presidente que tinha ideias contrárias as propostas até então seguidas, logo as políticas macroeconômicas vigentes não tinham garantia de sucesso.

A nova administração deu um choque de confiança no início de 2003, no que se refere ao controle da inflação e depreciação cambial, recorrendo às altas taxas de juro real. Em outubro de 2003, o governo lança o Programa Bolsa Família, com resultado da unificação dos Programas já existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Vale Gás e posteriormente o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Com a implantação do Bolsa Família o número de beneficiários e o tamanho médio dos benefícios aumentaram. Além disso, algumas melhorias foram visualizadas: aumento dos benefícios aos mais pobres; integração de diferentes programas a fim de unificar no sistema o registro de beneficiário, promoção de maior transparência e credibilidade dos atos à sociedade (KAKWANI; NERI; SON, 2006).

De acordo com o governo federal, o Programa Bolsa Família (PBF) utiliza a transferência direta de renda e beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo território nacional. Os beneficiados devem ter renda familiar inferior a R\$77,00. O programa possui três eixos principais focados na transferência de renda que promove o alívio financeiro imediato, as condicionalidades visam o acesso a direitos sociais básicos na área da educação, saúde e assistência social, e ações e programas complementares com o objetivo de desenvolver as famílias para que estas consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Dados revelam que a desigualdade está em declínio no Brasil, e para compreender os fatores fundamentais desse processo cabe aqui uma análise feita por Neri (2011) sobre a década 2000. Conforme o autor, nesse período a renda dos 50% mais pobres subiu 69% e desde o Plano Real observa-se que a pobreza caiu 67,3%. Quanto aos grupos tradicionalmente excluídos, como negros, analfabetos, mulheres, nordestinos, moradores de periferias, percebe-se que a renda destes cresceu mais no século XXI, destaca-se também que estes, normalmente, constituem os pobres do Brasil.

Para o período analisado, pode-se dizer que a desigualdade caiu em função de dois fatores principais. O primeiro é a educação, O segundo refere-se à renda não trabalho que foi de 11,85% para base contra -2,32% no topo da distribuição. Elucida-se assim, que políticas públicas, em geral de longo prazo, são fundamentais para garantir que os pobres tenham maior acesso às oportunidades, diminua-se a desigualdade e vislumbre-se um crescimento pró-pobre (NERI, 2011).

No estudo desenvolvido por Santos (2015) foram utilizados modelos econométricos para estimar as elasticidades renda-pobreza no Brasil e para cada unidade da federação no período de 1981-2009. Os resultados apontam que o processo de crescimento no país favoreceu mais proporcionalmente a parcela mais pobre da população, com redução média anual de aproximadamente 1,82% da taxa de pobreza. Porém, quanto aos estados apenas 15 de 27 tiveram crescimento pró-pobre. Na região Nordeste nenhum estado apresentou elasticidade renda-pobreza que pudesse classificá-los como crescimento pró-pobre. Cabe salientar que mesmo não tendo apresentado resultados pró-pobres favoráveis, muitos estados nordestinos conseguiram reduzir a pobreza.

Tochetto et al (2004) concluíram que o crescimento do Brasil na década de oitenta pode ser considerada “pró-rica”, uma vez que os períodos de rápido crescimento, em média, aumentaram mais a renda dos decis de renda mais elevados do que dos mais baixos. Porém, os resultados mostraram forte indicação de que períodos com crescimento moderado podem beneficiar mais os pobres se forem acompanhados de políticas sociais de longo alcance e taxa de inflação controlada.

Salvato, Araujo Junior e Shikida (2015) ao analisarem o crescimento pró-pobre no Brasil constataram que a região Sudeste é a que apresenta a maior elasticidade crescimento da redução da pobreza. Além disso, o Brasil e nenhuma das suas regiões registrou crescimento pró-pobre para o período de 1991 a 2000. Para dados mais regionalizados, os autores encontraram evidências de crescimento pró-pobre em apenas 7,35% das mesorregiões e 11% das microrregiões.

França, Manso e Barreto (2012) evidenciaram que após o Plano Real houve a redução da desigualdade de renda por um longo período em todas as regiões e no país como um todo, sendo que em 2003 o domínio do crescimento pró-pobre é

acentuado. Quanto as regiões do país, Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram maiores ganhos, evidenciando que as regiões mais ricas do Brasil potencializaram o impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza. O mesmo resultado também foi evidenciado por Kakwani, Neri e Son (2006), indicando que a desigualdade caiu durante todo o período de 2001-2004, com destaque para 2003 e 2004.

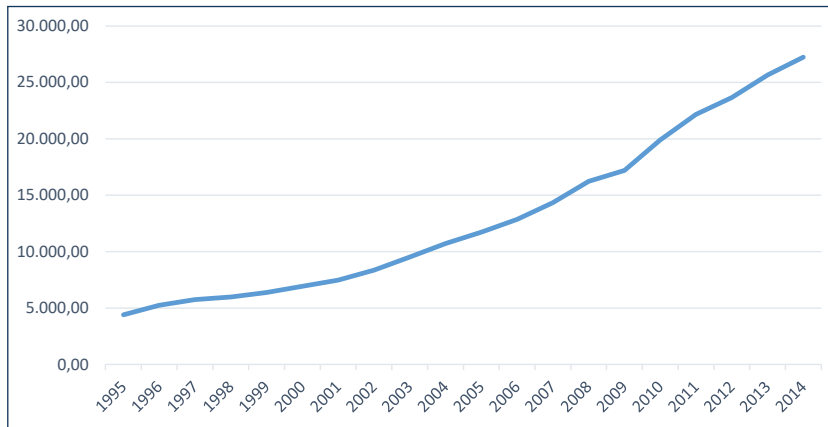
Ressalva-se aqui, que mais importante que mencionar dados que apresentem a evolução do cenário brasileiro é apresentar a origem desses resultados positivos. Sendo os pobres marginalizados, sem acesso igual à educação, saúde, trabalho, como esses avançariam a um patamar superior se não possuem oportunidades? A tendência é que sem a participação do governo estes sejam cada vez mais excluídos. Assim entram em cena as transferências do governo, através de políticas públicas eficazes, que visam beneficiar o pobre não apenas financeiramente mas intelectualmente também, para que este possa, no menor tempo possível, andar com suas próprias pernas.

Apresenta-se assim, que a participação do governo é fundamental para que haja crescimento pró-pobre, em função das imperfeições do mercado que impedem a livre concorrência, logo, com intervenção aumenta-se a eficiência econômica, melhora-se a distribuição de renda e o bem-estar da população pobre. Porém, para que essa intervenção seja válida é necessário que ocorra o monitoramento das metas estabelecidas, evitando-se falhas na administração pública (SANTOS, 2008).

### 3 Análise da realidade brasileira

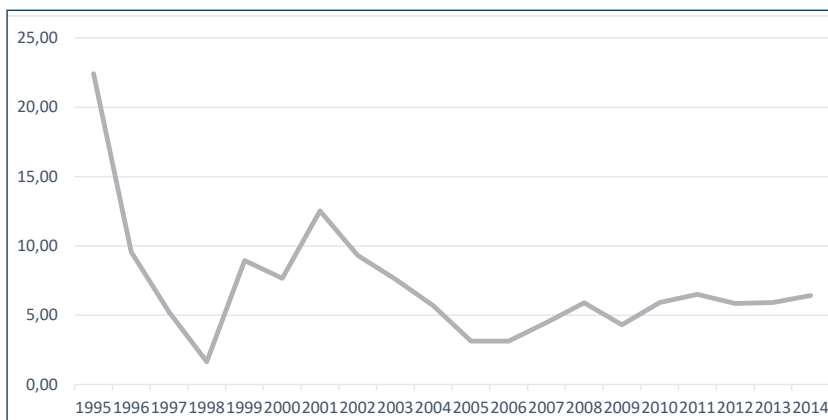
Partindo-se do conceito estabelecido que o crescimento pró-pobre ocorre quando as classes mais pobres forem as maiores beneficiadas quando aumento da renda, serão apresentados a seguir alguns indicadores econômicos. Elencou-se o PIB *per capita*, por se tratar de uma das medidas mais comuns na mensuração do crescimento econômico, índice de Gini que mensura a desigualdade de renda em um determinado país, espera-se verificar que esse tenha diminuído ao longo dos anos. Além destes, será considerado a evolução da distribuição da renda e geração líquida de emprego, fatores diretamente condicionantes a ascensão das classes.

O PIB *percapita* é mensurado através da soma de toda riqueza gerada com a produção interna de determinado país e dividido por toda população, em um dado período de tempo, assim, obtém-se uma média entre a renda. Serão considerados apenas os anos após implantação do Plano Real em função de serem expressos na mesma moeda e também por se tratar de um período significativo. A **Figura 3** apresenta PIB *per capita* no período de 1994 a 2011.



**Figura 3** – PIB *per capita* – 1995 a 2014  
Fonte: IBGE (2015)

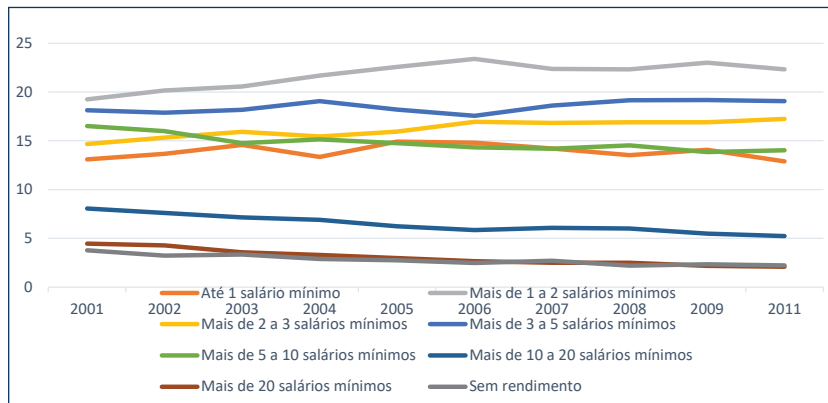
Conforme a Figura 3, a renda média dos brasileiros cresceu consideravelmente no período de análise, denotando aumento significativo a partir de 1998. Houve um período de redução na taxa de crescimento da renda, ocasionado em 2008-2009 que pode ser explicado pela crise do *subprime*<sup>1</sup>. Cabe aqui ressaltar que esse aumento não possui relação diretamente proporcional ao nível de inflação, pois a maior variação da mesma foi registrada em 1995 quando o PIB *per capita* apresentou menores valores. A **Figura 4** apresenta a série histórica da inflação.



**Figura 4** – Evolução anual do IPCA, após Plano Real  
Fonte: IBGE (2015).



Ainda sobre a evolução da renda familiar por classe de rendimento mensal, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) apontam que a maioria da população brasileira recebe de meio até dois salários mínimos mensais. A pesquisa apresenta resultados de 2001 a 2009, mas é possível verificar a desigualdade social, sendo que muitos ganham pouco e poucos ganham muito. A Figura 5 apresenta a evolução do rendimento das famílias por classe.



**Figura 5** – Famílias por classe de rendimento mensal

Fonte: Elaboração própria com base em PNAD/IBGE

A parcela das famílias que não possuem nenhum rendimento é muito próxima da parcela das famílias que recebem mais de 20 salários mínimos mensais. O importante a destacar neste contexto de crescimento pró-pobre é que a porcentagem de famílias sem rendimento reduziu, assim como a porcentagem de famílias que recebem de cinco a 20 salários mínimos. Portanto, dado o crescimento econômico evidenciado pelo aumento do PIB *percapita* pode-se dizer que o mesmo beneficiou mais a parcela mais pobre da população, uma vez que a renda destes cresceu mais em proporção a parcela mais rica.

Como confirmação de que houve crescimento pró-pobre no Brasil nos últimos anos, pode-se perceber a ascensão significativa da classe C e diminuição do percentual de pessoas que compõe as classes D e E, correspondente àquelas com menos renda. Assim, percebe-se que o crescimento econômico beneficiou mais a parcela da população mais pobre quando comparada a mais rica.

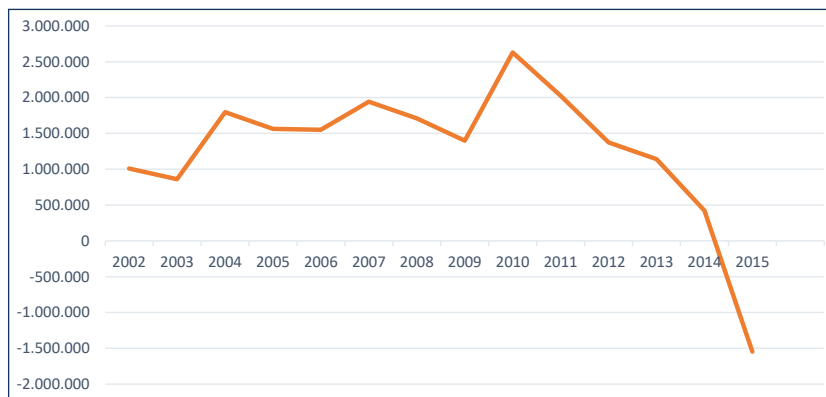
Nos últimos anos os programas de transferência de renda foram estendidos com o intuito de erradicar a extrema pobreza e esse fator foi propulsor na ascensão das classes econômicas mais baixas. Por outro lado, mesmo que o gasto do governo seja em prol da população menos favorecida existia uma preocupação deste dispêndio

não gerar incrementos significativos na produção de riqueza do país e desestimular a procura de empregos. Essas preocupações estão sendo superadas. Entre os anos de 2001 e 2011, as transferências por meio do Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), colaboraram de 15% a 20% da redução da desigualdade de renda.

Outro crítica relacionado com o Programa refere-se ao fato de que o Bolsa Família gera um “efeito-preguiça”, ou seja, desestimula a procura de trabalho entre os beneficiários adultos. Há estudos que contestam esta tese como o de Jannuzzi e Pinto (2013), que afirmam que os chefes de famílias beneficiárias, na faixa etária de 30 a 55 anos, apresentam ocupação e jornada de trabalho muito próximos aos de chefes de nível socioeconômico equivalente, ou seja, os indicadores são muito próximos entre beneficiários e não beneficiários do programa.

Além disso, os estudos de Neri; Vaz e Souza (2013) ao analisar o efeito multiplicador dos programas de transferência de renda sobre o PIB, constataram que o Bolsa Família representa um multiplicador de 1,78%, ou seja, o PIB aumenta R\$ 1,78% para cada aumento marginal de R\$ 1,00, no PBF. Os autores concluíram ainda que o gasto do governo com transferências sociais é de 446,6 bilhões, sendo que o Bolsa Família representa apenas 12,5 bilhões, ou seja, 0,4% deste total.

O crescimento econômico e, também, o crescimento pró-pobre estão intimamente relacionados com a geração de emprego. Quando o nível de emprego em um país aumenta é sinal que a economia está aquecida, o crescimento ocorre e, por consequência, pessoas que antes não possuíam rendimento podem passar a ter e aqueles que já possuíam podem aumentar sua renda. A Figura 6 apresenta a evolução do saldo do emprego para o período de 2002 a 2015.

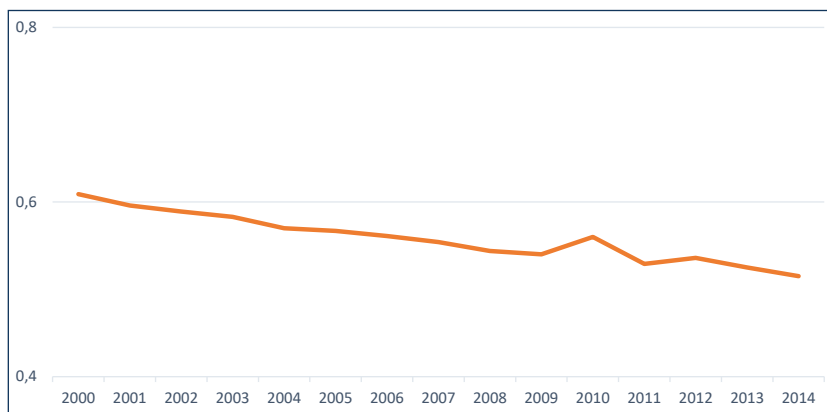


**Figura 6** – Evolução do saldo de empregos

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério do Trabalho e Emprego (MET)

No Brasil, houve um crescimento mais acentuado no número de empregos gerados a partir de 2003. Apenas no ano de análise – 2015 – o saldo da geração de empregos no país apresentou resultado negativo, contudo, a queda na geração de empregos iniciou ainda no ano de 2010. A geração de empregos mais expressiva a partir de 2003, coincidentemente a partir do ano da implantação do programa Bolsa Família que visa oferecer as condições necessárias para que as pessoas marginalizadas tenham acesso às vagas. Logo, sendo grande parcela da renda auferida pela população das classes D e E advindas de transferências do governo, infere-se que essas possibilitam as condições necessárias para que esses indivíduos se profissionalizem e se adéquem as exigências do mercado e melhorem as condições de vida da sua sociedade.

Para concluir a análise do crescimento pró-pobre no Brasil, avaliam-se os indicadores do índice de Gini no período de 2000 a 2014, cabe ressaltar que quanto mais próximo de 0, mais satisfatório é o resultado do índice. A **Figura 7** apresenta as variações negativas apresentadas pelo mesmo.



**Figura 7** – Índice de GINI

Fonte: IPEA (2015)

Desse modo, através de práticas que visavam o crescimento econômico do país, atrelados a preocupações como educação, saúde, saneamento básico, oportunidade de emprego, fomento aos micro e pequenos empresários, crédito para construção da casa própria entre outros benefícios articulados que podem ser fornecidas mediante planejamento do orçamento público, atingiu-se em 2014 o menor valor histórico para o Índice de GINI, medido no Brasil desde 1960.

Entre os motivos mais citados para essa redução encontra-se a Constituição de 1988 que definiu novas formas de tributação da renda e bases para redistribuição

de renda robusta por parte dos governos. E, como já citado, a criação e ampliação do Programa Bolsa Família. Cabe ressaltar que mesmo com a diminuição da desigualdade de renda no país, os resultados ainda são elevados. Por fim, as políticas públicas voltadas para redução da desigualdade entre as rendas atingiram seu objetivo, como pode ser evidenciado pelo Índice de Gini.

## 4 Conclusão

A partir do estudo realizado sobre o crescimento pró-pobre pode-se verificar que a partir dos anos 1990 o governo federal adotou políticas para fomentar o acesso ao mercado de trabalho pelos pobres e diminuir a desigualdade, atrelado a isso se buscou a estabilização da economia, que de alguma forma reflete em um país mais igualitário. A partir do Programa Bolsa Família, reformulação de políticas que já vinham sendo adotadas, a diminuição da pobreza ganhou ainda mais força pois mais pessoas foram beneficiadas e com valores superiores.

Salienta-se que além de políticas de transferência direta de renda, o governo federal pode atuar fornecendo saúde, educação, fomento a micro e pequenas empresas, educação financeira entre outros. Outra forma de auxiliar o crescimento pró-pobre diz respeito à carga tributária, que quando pouco ou nada incide sobre itens de primeira necessidade geram benefícios superiores aos indivíduos que mais pobres, além do que os impostos deveriam ser do tipo progressivo, no qual oneraria mais quem dispusesse de maior capacidade de pagamento.

Por fim, conclui-se que o crescimento mesmo favorecendo os pobres de qualquer forma é insuficiente para reduzir de forma significativa a pobreza e a desigualdade. É imprescindível que atrelado ao crescimento econômico os formuladores de política pública desenvolvam estratégias de distribuição de renda, tributação e programas sociais que beneficiem mais à população e os territórios mais vulneráveis.

## Nota

<sup>1</sup> Refere-se a crise do mercado imobiliário americano desencadeada em 2007 a partir da queda do índice Dow Jones e motivada pela concessão de hipotecas da categoria *subprime*, consideradas de alto risco (BUSNARDO, 2012).

## Referências

BAKOF, Alex Knapp. Crescimento pró-pobre: conceitos, experiências, políticas públicas e uma análise empírica do Rio Grande do Sul na década de 1990. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. **Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas**, 2008.

BUSNARDO, Felipe Dardani. Crise do subprime: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil. 2012.

DUNPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESPÍNOLA. Gepherson Macêdo. Pobreza e políticas públicas: uma análise do Brasil no contexto recente. 2007. 66 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2007.

FRANÇA, João Mário Santos de; MANSO, Carlos Alberto; DALTRO BARRETO, Flávio Ataliba Flexa. Comparando a Intensidade do Crescimento Pró-Pobre entre as Regiões Brasileiras Pós-Plano Real. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 38, 2012.

IBGE. **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impactos do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, Tereza, NERI, Marcelo Côrtes (org.). *Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania/ organizadores*. Brasília: Ipea, 2013, p. 179-192.

KAKWANI, Nanak; NERI, Marcelo; SON, Hyun H. **Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fgv, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

NERI. Marcelo Côrtes; VAZ. Fabio Monteiro; Souza. Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise das

transferências sociais. In: Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania/ organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília: Ipea, 2013.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de Renda na Década**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011.

RAVALLION, Martin; CHEN, Shaohua. Measuring pro-poor growth. **Economics letters**, v. 78, n. 1, p. 93-99, 2003.

SALVATO, Márcio Antônio; ARAUJO JUNIOR, Ari Francisco de; SHIKIDA, Cláudio D. Crescimento Pró-Pobre no Brasil: uma avaliação empírica da década de 1990. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, 2015.

SANTOS, Wesley Oliveira. **CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NO BRASIL (1981-2009)**. Disponível em: <[http://www.apec.unesc.net/VI\\_EEC/sessoes\\_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20Políticas%20Publicas/Artigo-6-Autoria.pdf](http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20Políticas%20Publicas/Artigo-6-Autoria.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade Brasileira. **Revista Katál**. Florianópolis. v. 13, n. 2, p. 155-163, jul/dez.2010.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais**. 2009.

TOCHETTO, Daniela Goya et al. Crescimento pró-pobre no Brasil-uma análise exploratória. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 32, 2004.